

Professores da rede privada do ABC sofrem com desvalorização e falta de autonomia

Jessica Fernandes

O reconhecimento dedicado aos professores nesta quinta-feira (15/10), Dia do Professor, contrasta com a luta enfrentada diariamente por profissionais da rede privada no ABC. De acordo com o Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo e São Caetano (Sinpro ABC), a categoria enfrenta desafios relacionados à sobrecarga de trabalho, à falta de autonomia em sala de aula, à ausência de suporte das instituições de ensino e à desvalorização profissional.

Em entrevista ao **RD**, a presidente do sindicato, Edilene Arjoni, afirma que a pressão de direções e coordenações, a interferência no conteúdo das aulas e as dificuldades nas negociações com as instituições de ensino comprometem as condições de trabalho. “Esse cenário dificulta a atração de novos profissionais para a carreira docente, o que contribui para o chamado apagão de professores”, alerta.

Limitação de abordagem de conteúdo

Edilene conta que os professores enfrentam relações de trabalho marcadas pela pressão hierárquica e restrição da autonomia em sala de aula. De acordo com a dirigente, há instituições que gravam as aulas dos docentes e limitam a abordagem de determinados conteúdos. “Há escola em que o professor não pode dar aula sobre evolução biológica, o que pode comprometer a formação dos estudantes e prejudicar a preparação para exames de ingresso no ensino superior”, relata, ao citar um tema previsto no currículo escolar e cobrado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A presidente do Sinpro ABC também afirma que são comuns os episódios de violência entre docentes, alunos e familiares. Com isso, diz, as condições de trabalho têm afetado a saúde mental dos profissionais e levado parte deles a considerar o abandono da carreira. A sobrecarga, os baixos salários e a necessidade de atuar em diferentes instituições para complementar a renda agravam o desgaste físico e emocional. “É comum ver professores saindo de sala de aula chorando”, afirma.

Negociações

As negociações coletivas também preocupam o Sinpro ABC. Segundo a entidade, as tratativas com representantes patronais têm sido marcadas por propostas de redução de direitos trabalhistas.

Durante as negociações de 2026, foi discutida a substituição do plano de saúde dos professores por um benefício anual em dinheiro, inicialmente fixado em R\$ 100 e posteriormente elevado para R\$ 200. De acordo com o sindicato, a proposta foi barrada após mobilização da entidade.

Outra medida contestada foi a tentativa de retirar a remuneração referente à hora-atividade, período destinado a tarefas extraclasse, como preparação de aulas, correção de provas e organização de atividades em plataformas digitais. “Os professores da rede privada já recebem somente o equivalente a 5% do salário por esse trabalho. Na rede pública, são 30%”, compara Edilene.

Falta suporte para exercer política de inclusão

Para Edilene, a melhoria das condições de trabalho dos professores depende da valorização salarial, do respeito à autonomia pedagógica e da atuação conjunta de diferentes setores. As escolas devem oferecer suporte aos docentes e profissionais especializados para atender às necessidades dos alunos, enquanto as famílias precisam manter o diálogo com as instituições de ensino. Ao poder público, afirma, cabe fiscalizar o cumprimento das normas trabalhistas, enquanto as entidades sindicais acompanham as condições de trabalho, orientam os profissionais e negociam melhorias para a categoria.

A presidente do Sinpro ABC também defende a ampliação do suporte a estudantes com necessidades específicas. “Há instituições que recebem esses alunos sem disponibilizar profissionais especializados em número suficiente, o que sobrecarrega os docentes. As escolas da rede privada precisam dar suporte à inclusão”, afirma.

Outra reivindicação é o cumprimento de medidas de prevenção aos riscos psicossociais no ambiente de trabalho, previstas na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1). De acordo com Edilene, representantes do sindicato e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) estiveram em Brasília, em julho de 2026, para discutir o tema com o Ministério do Trabalho e Emprego.

O sindicato também afirma realizar visitas às escolas para identificar irregularidades e buscar soluções com as instituições. Quando não há acordo, a

entidade pode recorrer à mediação do Ministério do Trabalho, solicitar fiscalização e encaminhar os casos à Justiça.

Sinpro ABC completa 40 anos

Fundado em março de 1986, o Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo e São Caetano (Sinpro ABC) completou 40 anos em 2026. A entidade representa professores da rede privada de ensino, da educação infantil ao ensino superior, nos três municípios, com uma base que reúne entre 2,5 mil e 3 mil professores atuantes em aproximadamente 300 escolas.

Para celebrar o aniversário e o Dia dos Professores, a entidade realizará uma confraternização neste sábado (17/10), no Quintal do Espeto, em Santo André, onde espera reunir cerca de mil pessoas.

Edilene afirma que a participação é gratuita para professores associados, que devem retirar os convites na sede do sindicato (rua Pirituba, 61, bairro Casa Branca, em Santo André). A entrada de acompanhantes está sujeita ao pagamento de taxa.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3910818/professores-da-rede-privada-do-abc-sofrem-com-desvalorizacao-e-falta-de-autonomia/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: Educação